

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

44 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 15 a 19/6/2020):

1. CONSELHO EUROPEU QFP 2021-27 E FUNDO DE RECUPERAÇÃO	1
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	1
Conferência sobre o futuro da Europa	1
Criação de novas Comissões parlamentares	2
3. UE - REINO UNIDO RELAÇÕES FUTURAS	2
Cimeira de Alto-Nível entre a UE e o Reino Unido	2
Parlamento Europeu - Debate e resolução	2
4. COMISSÃO EUROPEIA VACINA PARA COVID - 19	3
5. COMISSÃO: SUBVENÇÕES ESTRANGEIRAS NO MERCADO INTERNO	3
6. COMISSÃO EUROPEIA POLÍTICA COMUM DE PESCAS	4
7. COMISSÃO EUROPEIA OUTRAS INICIATIVAS	5
Relatório sobre o impacto das alterações demográficas na Europa	5
Re-open EU: novo sítio Web para regresso seguro das viagens e do turismo na UE	5
8. REGISTO DE TRANSPARÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS	5
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	5
Reunião dos Ministros da Energia	5
Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros	6
Reunião dos Ministros da Coesão	6
Reunião dos Ministros da Defesa	6
Reunião dos Ministros dos Assuntos Europeus	6
Cimeira da Parceria Oriental	6
10. OUTROS ASSUNTOS	7
Entrevista do Presidente do Eurogrupo	7
Racismo - referências de leitura	7
Venezuela	7
Aplicações de rastreio - interoperabilidade	7
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7

1. CONSELHO EUROPEU | QFP 2021-27 E FUNDO DE RECUPERAÇÃO

Realizou-se, a 19 de junho, uma [reunião do Conselho Europeu por videoconferência](#) para debater as [propostas](#) da [Comissão Europeia](#) para o [plano de recuperação](#) e para o [Quadro Financeiro Plurianual 2021-27](#)¹. Tal como demos nota na [Síntese n.º 43](#), existe ainda [uma longa negociação pela frente](#): na [carta de convite](#) do Presidente do Conselho Europeu, esta reunião era considerada como “*uma etapa fundamental para chegar a um acordo numa ulterior reunião presencial*.” Nessa missiva, Charles Michel identificava os **pontos onde já existia consenso entre os líderes**:

- a UE precisa de uma **resposta excecional** para esta crise sem precedentes;
- o financiamento deverá ser através de **empréstimos** feitos pela Comissão nos mercados financeiros e, para tal, é necessário aumentar o limite máximo dos recursos próprios;
- o esforço deverá ser orientado para os setores e partes geográficas **mais afetados**;
- o próximo QFP deverá ser **adaptado** de modo a ter em conta a crise e deverá ser analisado em conjunto com o plano de recuperação;
- o pacote global **não deverá cingir-se à crise imediata**; constitui também uma **oportunidade** para transformar e reformar as nossas economias.

Por outro lado, eram elencadas as **áreas de divergência**:

- a **dimensão** e a **duração** dos vários elementos do plano de recuperação;
- a melhor forma de afetar a assistência e a emissão de **empréstimos e subvenções**;
- questões relacionadas com a **condicionalidade** e a governação;
- a dimensão, o conteúdo e o financiamento do QFP (recursos próprios e as correções).

A Biblioteca do Conselho da UE disponibilizou uma [edição especial dedicada ao QFP 2021-27](#) e o Politico disponibiliza uma [análise detalhada dos números e da sua distribuição por países](#).

Como era esperado, o [Conselho Europeu serviu para um debate de orientação](#) sobre a [chamada arquitetura global do plano](#), delimitando os pontos de discórdia: dimensão, financiamento para as subvenções, correções e recursos próprios. Haverá [nova reunião do Conselho Europeu em julho](#) (possivelmente a 9/10 de julho e presencial), para as negociações formais.

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE

Conferência sobre o futuro da Europa

O PE adotou uma [resolução \(528 votos a favor, 124 contra e 45 abstenções\)](#), afirmando que a [Conferência sobre o Futuro da Europa](#) deve **ser convocada o mais cedo possível no outono de 2020**. Considera-se que a atual crise acentua ainda mais a “*urgência*” deste exercício e que 10 anos após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e 70 anos após a declaração Schuman, “*chegou o momento de reavaliar a União*”. O PE reafirma a sua [posição de 15 de janeiro](#) e reitera o **apelo ao Conselho e à Comissão para que “encetem negociações com vista a alcançar um acordo comum quanto à criação da Conferência sobre o Futuro da Europa antes das**

¹ Disponibilizamos um [quadro comparativo da proposta inicial \(2018\) e da atual iniciativa da Comissão](#) e uma [análise preliminar do PE sobre a nova proposta da Comissão](#).

férias de verão” e lamenta que o Conselho da UE não tenha ainda adotado uma posição sobre a Conferência. O Deputado [Paulo Rangel \(PPE\)](#) interveio no debate.

Criação de novas Comissões parlamentares

O PE vai ter uma nova **subcomissão para os assuntos fiscais, três comissões especiais sobre cancro, desinformação e inteligência artificial** e uma comissão de inquérito sobre a proteção dos animais durante o transporte².

Sob proposta da Conferência dos Presidentes, composta pelo presidente do Parlamento e pelos líderes dos grupos políticos, o PE pode criar a qualquer momento [subcomissões permanentes](#), [comissões especiais](#) e [comissões de inquérito](#).

- [Subcomissão da matéria fiscal](#): funcionará junto da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários e será dedicada à luta contra a fraude, a evasão e a elisão fiscais, bem como a transparência financeira para efeitos fiscais.
- [Comissão especial sobre a luta contra o cancro](#): deverá identificar ações para reforçar a abordagem em cada uma das principais fases da doença e formular as recomendações que considere necessárias em relação à política da UE nesta matéria.
- [Comissão especial sobre a ingerência estrangeira nos processos democráticos e a desinformação](#): deverá “combater as campanhas de informação e a comunicação estratégica de países terceiros mal-intencionados” junto da opinião pública da UE, bem como identificar possíveis medidas legislativas e não legislativas sobre as redes sociais.
- [Comissão especial sobre a inteligência artificial \(IA\)](#): analisará o impacto da IA na era digital na economia europeia (competências, emprego, tecnologia financeira, educação, saúde, transportes, turismo, agricultura, ambiente, defesa, indústria, energia e na administração pública em linha.
- [Comissão de inquérito sobre o transporte de animais](#), para analisar “a alegada não atuação da Comissão perante as provas de violações graves e sistemáticas” da legislação europeia relativa ao transporte de animais vivos na UE e para países terceiros.

3. UE - REINO UNIDO | RELAÇÕES FUTURAS

Cimeira de Alto-Nível entre a UE e o Reino Unido

Teve lugar, no dia 15 de junho e por videoconferência, a [Cimeira de Alto Nível entre a UE e o Reino Unido \(RU\)](#), com a presença do 1.º Ministro britânico, Boris Johnson, e dos Presidentes da Comissão, com Conselho Europeu e do PE. No [comunicado](#) divulgado, pode ler-se que “as partes tomam nota da decisão do RU de não solicitar a extensão do período de transição além de 31.12.2020” e das conversações tidas nas quatro [rondas negociais](#) realizadas até agora. Por outro lado, concordaram na necessidade de conferir um [novo impulso ao processo](#), nomeadamente através da [realização de reuniões semanais](#) e da intensificação dos trabalhos em julho. O Governo britânico planeia uma [campanha intensa nos media](#) sobre esta fase das negociações.

Parlamento Europeu - Debate e resolução

O PE aprovou uma [resolução](#) (572 votos a favor, 34 contra e 91 abstenções) na qual manifesta o seu apoio total ao Negociador principal da UE, Michel Barnier, considera que [a abordagem](#)

² As Comissões especiais e de inquérito têm uma duração de 12 meses, podendo ser prorrogada.

[seletiva do Reino Unido é inaceitável](#) e afirma que as condições de concorrência equitativas e acordo de pescas são essenciais para a aprovação deste Parlamento. No debate, foi referido que o PE [que não irá apoiar um acordo a qualquer preço](#), sendo de registar as intervenções dos Deputados portugueses [Pedro Silva Pereira \(S&D\)](#) e [Paulo Rangel \(PPE\)](#).

Recorde-se que o **atual período de transição termina em 31 de dezembro de 2020** e que, para entrar em vigor no dia seguinte, o novo acordo comercial e o acordo global têm de ser assinados, o mais tardar, em outubro pelas partes. Em seguida, este texto terá de ser ratificado pelo Parlamento Europeu e pelo Parlamento britânico e, **no caso de um “acordo misto”**, pelos **Parlamentos nacionais de todos os Estados-Membros da UE**.

4. COMISSÃO EUROPEIA | VACINA PARA COVID - 19

A Comissão Europeia apresentou a [estratégia europeia](#) para acelerar o [desenvolvimento, o fabrico e administração de vacinas contra a COVID-19](#), propondo uma [abordagem conjunta da UE](#) visando a disponibilidade de vacinas seguras e eficazes num prazo entre 12 e 18 meses e, se possível, num prazo ainda mais curto. A estratégia tem os seguintes objetivos:

- *Garantir a qualidade, a segurança e a eficácia das vacinas.*
- *Assegurar aos Estados-Membros e à sua população um acesso rápido às vacinas, liderando ao mesmo tempo o esforço de solidariedade mundial.*
- *Garantir o acesso equitativo a uma vacina a preços acessíveis o mais rapidamente possível.*

A estratégia da UE assenta em dois pilares:

- **Assegurar a produção de vacinas na UE** e um aprovisionamento suficiente para os seus Estados-Membros mediante **acordos prévios de aquisição** com produtores de vacinas através do [Instrumento de Apoio de Emergência](#). Para além desses acordos, pode ser disponibilizado financiamento adicional (Banco Europeu de Investimento).
- **Adaptar o quadro regulamentar da UE** à atual situação de urgência e utilizar a flexibilidade regulamentar existente para **acelerar o desenvolvimento, a autorização e a disponibilidade de vacinas**.

De modo a apoiar as empresas, a **Comissão celebrará acordos com produtores de vacinas em nome dos Estados-Membros e financiará parte dos seus custos iniciais** como contrapartida do direito de comprar um determinado número de doses de vacinas num prazo específico.

Foi já dado um passo importante no sentido de uma ação conjunta entre os Estados-Membros através da formação de uma [aliança inclusiva de vacinas entre a França, a Alemanha, Itália e os Países Baixos](#). O Vice-Presidente da Comissão Margaritis Schinas deu uma [entrevista de fundo](#) ao *Politico* sobre os desafios da política de saúde na UE, que importa reter.

5. COMISSÃO: SUBVENÇÕES ESTRANGEIRAS NO MERCADO INTERNO

A Comissão Europeia adotou um [Livro Branco sobre os efeitos de distorção induzidos por subvenções estrangeiras no mercado único](#), no seguimento do mandato conferido pelas Conclusões do Conselho Europeu de março de 2019, e que a Comissão já [havia anunciado](#) em março de 2020. Através deste exercício, a Comissão pretende realizar uma [consulta pública](#), até 23 de setembro de 2020, para recolher contributos antes de elaborar propostas legislativas adequadas neste domínio. A [ficha informativa](#) sobre o Livro Branco e o sítio da DG

Concorrência sobre [Subvenções Estrangeiras](#) disponibilizam mais informações sobre esta matéria.

As **subvenções concedidas por governos de países terceiros** a empresas na UE parecem ter um impacto cada vez mais negativo na concorrência no mercado único, mas **não são abrangidas pelo controlo dos auxílios estatais da UE**. O Livro Branco propõe soluções e apela a novos instrumentos para corrigir esta situação. Neste contexto, avança com três opções:

Módulo 1 - Instrumento geral para identificar efeitos de distorção das subvenções estrangeiras: criação de uma autoridade de controlo (nacional ou a Comissão), poderia agir com base numa indicação ou informação segundo a qual uma empresa ativa na UE beneficia de uma subvenção estrangeira.

Módulo 2 - Subvenções estrangeiras que facilitam a aquisição de empresas da UE: destinado a corrigir especificamente as distorções causadas por subvenções estrangeiras que facilitam a aquisição de empresas da UE.

Módulo 3 - Subvenções estrangeiras nos procedimentos de contratação pública da UE: criação um mecanismo através do qual os proponentes devem notificar a autoridade adjudicante de contribuições financeiras provenientes de países terceiros, para avaliar se a subvenção estrangeira comprometeu a lealdade do procedimento de contratação.

Por último, o Livro Branco define formas de abordar a questão das subvenções estrangeiras em caso de pedidos de apoio financeiro da UE.

6. COMISSÃO EUROPEIA | POLÍTICA COMUM DE PESCAS

No âmbito da [Política Comum de Pescas](#), a Comissão publicou a [sua comunicação anual sobre os progressos alcançados na gestão das unidades populacionais na UE](#). Com base em dados de 2018, este documento, intitulado «[Para uma pesca mais sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2021](#)», reafirma o forte empenho em promover atividades de pesca sustentáveis e viáveis economicamente. As partes interessadas (Estados-Membros, setor das pescas, e.g.) devem participar numa [consulta pública](#) sobre as possibilidades de pesca para 2021.

As [perguntas e respostas sobre a avaliação da política comum das pescas da UE efetuada pela Comissão](#) dão nota de alguns aspetos importantes, como o facto de que a **pesca no Atlântico nordeste se tornou progressivamente mais sustentável**. No plano dos desafios, as projeções para 2020 continuam incertas, mas é essencial prosseguir os esforços de conservação nos mares Mediterrâneo e Negro, enquanto no Atlântico algumas unidades populacionais continuam a ser sobreexploradas e/ou permanecem fora dos limites biológicos seguros. Finalmente, o **cumprimento da obrigação de desembarque**, que se encontra no segundo ano da sua aplicação integral, continua a ser motivo de preocupação.

No outono, a Comissão apresentará as suas propostas de regulamentos relativos às possibilidades de pesca para 2021 (Atlântico, mares do Norte, Báltico, Mediterrâneo e Negro), ano a partir do qual as unidades populacionais devem ser geridas em conformidade com a meta do rendimento máximo sustentável (MSY): a quantidade máxima de pescado que os pescadores podem retirar do mar sem comprometer a regeneração e a produtividade futura da unidade populacional.

7. COMISSÃO EUROPEIA | OUTRAS INICIATIVAS

Relatório sobre o impacto das alterações demográficas na Europa

A Comissão [adotou o seu primeiro relatório sobre o impacto das alterações demográficas](#), onde revela as tendências de longo prazo nas regiões da Europa, incluindo [fichas informativas sobre os desenvolvimentos nacionais](#). Alguns dos [temas cobertos](#) são o aumento da esperança de vida às baixas taxas de natalidade, o envelhecimento das sociedades, os agregados familiares mais pequenos e a urbanização crescente, bem como o facto de que a **Europa deverá representar menos de 4 % da população mundial em 2070**. Este relatório dá início ao trabalho desta Comissão no âmbito da demografia e será a base para o próximo Livro Verde sobre o Envelhecimento e a Visão de Longo Prazo para as Zonas Rurais.

Re-open EU: novo sítio Web para regresso seguro das viagens e do turismo na UE

A Comissão lançou «[Re-open EU](#)», uma [plataforma Web para apoiar o relançamento seguro das viagens e do turismo em toda a Europa](#), que fornecerá informação em tempo real sobre as fronteiras e os meios de transporte e serviços turísticos disponíveis nos Estados-Membros, [incluindo](#) ações da UE como as Capitais Europeias de Turismo Inteligente, os Destinos Europeus de Excelência (EDEN) e as Capitais Europeias da Cultura.

8. REGISTO DE TRANSPARÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

Em setembro de 2016, a Comissão Europeia apresentou uma **proposta para um [Acordo Interinstitucional visando a criação de um Registo obrigatório de Transparência comum ao PE, ao Conselho e à Comissão](#)**. O objetivo é que, pela primeira vez, **as três instituições, incluindo o Conselho, sejam sujeitas às mesmas normas mínimas**: as reuniões dos representantes de interesses (*lobistas*) com decisores políticos de qualquer uma delas ficariam condicionadas à inscrição prévia no registo de transparência. Desde 2011 que o [Registo público](#) é comum ao PE e à Comissão, tendo o Conselho estatuto de observador desde 2014.

Na passada semana, estas **negociações foram retomadas** (o PE tem uma [página dedicada a esta matéria](#)), com o [compromisso das três instituições em progredir o mais rápido possível](#). Esta é uma matéria com directa relevância para a Presidência portuguesa do Conselho da UE.

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião por videoconferência dos Ministros da Energia

Realizada a [15 de junho](#), centrou-se nas soluções energéticas inovadoras, nos investimentos em tecnologias energéticas para concretizar os objetivos para 2030 e a transição energética e os desafios previsíveis durante a recuperação em geral. Os ministros concordaram que tecnologias inovadoras, como as redes inteligentes, o hidrogénio (nomeadamente a partir de fontes renováveis) e as energias renováveis no mar e em terra serão de grande importância para a criação de emprego, a competitividade e a descarbonização da Europa.

Reunião por videoconferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros

A [15 de junho](#), os MNEs concentraram o debate nas relações transatlânticas, através de **diálogo estratégico com o Secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo**, sobre as relações bilaterais UE-EUA e as principais questões de política externa. Os principais temas abordados foram as relações com a China, inclusive a situação em Hong Kong, o Processo de Paz no Médio Oriente, a Vizinhança Oriental com ênfase na Ucrânia e o problema horizontal da desinformação.

Em relação à China, o alto representante sugeriu o lançamento de um diálogo bilateral distinto, centrado nos desafios colocados pelas relações com Pequim.

Reunião por videoconferência dos Ministros da Coesão

Os Ministros reuniram-se a [15 de junho](#), tendo realizado um [debate de orientação](#) sobre o papel da política de coesão na recuperação económica após a pandemia, com especial importância no apoio aos setores da saúde, turismo e cultura. Os Estados-Membros consideraram o aumento da flexibilidade das transferências entre os fundos estruturais e de investimento.

Reunião por videoconferência dos Ministros da Defesa

Reunidos a [16 de junho](#), debateu o reforço das intervenções operacionais da UE (e.g. a reafetação de pessoal militar das missões de formação) e a importância de criar um Mecanismo Europeu de Apoio à Paz eficiente antes do final do ano. Os ministros trocaram impressões sobre a cooperação estruturada permanente (CEP) e a definição de Orientações Estratégicas da UE. Por último, debateu-se o Fundo Europeu de Defesa. A videoconferência foi precedida por uma [reunião do Comité Diretor da Agência Europeia de Defesa](#).

Reunião por videoconferência dos Ministros dos Assuntos Europeus

Teve lugar a [16 de junho](#), tendo os [Ministros preparado o Conselho Europeu de 19 de junho](#), com incidência na proposta alterada da Comissão para o próximo quadro financeiro plurianual (QFP), bem como sobre o plano de recuperação. No que diz respeito às [relações UE-Reino Unido](#), os ministros foram informados por Michel Barnier sobre a situação das negociações e sobre a aplicação do acordo de saída, e reiteraram unanimemente o seu apoio e a confiança no negociador principal da UE. Finalmente, o próximo trio de Presidências do Conselho (Alemanha, **Portugal** e Eslovénia) **apresentou aos ministros o [programa do Conselho para o próximo período de 18 meses](#)**, compreendido entre 1 de julho de 2020 e 31 de dezembro de 2021. O programa de 18 meses deverá ser aprovado pelo Conselho, por procedimento escrito, após a videoconferência.

Cimeira por videoconferência da Parceria Oriental

Realizada a [18 de junho](#), com a presença dos chefes de Estado ou de Governo dos 27 Estados-Membros, dos dirigentes dos países da Parceria Oriental: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, República da Moldávia e Ucrânia, presidida por Charles Michel, presidente do Conselho Europeu. Foi reiterada a [importância estratégica da Parceria Oriental](#), bem como o [apoio substancial prestado pela UE face ao impacto da COVID-19](#) na região.

10. OUTROS ASSUNTOS

Entrevista do Presidente do Eurogrupo

Mário Centeno concedeu uma [entrevista ao Politico](#), onde faz um **balanço abrangente** do mandato como Presidente do Eurogrupo, bem como dos desafios que se colocam à UE e ao euro.

Racismo - referências de leitura

A biblioteca do Conselho da UE disponibilizou uma [síntese de referências de leitura sobre a temática do racismo](#).

Venezuela

O Alto-Representante emitiu uma [declaração sobre a situação na Venezuela](#), apelando ao governo e à oposição para que se empenhem em negociações construtivas e inclusivas.

Aplicações de rastreio - interoperabilidade

Os Estados-Membros, com o [apoio da Comissão](#), chegaram a acordo sobre **um conjunto de especificações técnicas** destinadas a assegurar o intercâmbio seguro de informações entre as aplicações nacionais de rastreio dos contactos, com base numa arquitetura descentralizada.

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A [próxima semana](#) terá trabalhos das [Comissões parlamentares](#) e dos Grupos Políticos.

Comissão Europeia

A próxima reunião formal do Colégio está [agendada para 24 de junho](#), com a publicação do **relatório sobre a aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)**.

Conselho da União Europeia

- 22 de junho: [Cimeira UE-China por videoconferência](#)
- 23 de junho: [Videoconferência dos ministros da Educação](#) e [Videoconferência dos ministros do Ambiente](#)

Bruxelas | 19 de junho de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).